

**Conexões culturais luso-franco-brasileiras:  
memória e representação na formação da imprensa no Brasil**

**Aline Cristina de OLIVEIRA\***

**Resumo:** Com a chegada da família real portuguesa no Brasil, em 1808, as transferências culturais, existentes desde a colonização, se tornaram mais constantes e intensas. Isso se deu em razão de duas grandes medidas engendradas por D. João IV: a abertura dos portos e a implementação da imprensa. Apesar dos esforços para o estabelecimento de uma imprensa que reproduzisse aquela feita em Portugal, o que se observou foi uma participação latente da França, que se manifestava socioculturalmente no Brasil desde o restabelecimento das relações cordiais em 1816 e, portanto, se mostrava presente também no jornalismo. A partir da independência, as relações luso-brasileiras ficaram bastante abaladas e a francofilia se impôs na formação do novo Estado-nação. A imprensa brasileira, que se constituiu nas bases do influxo franco-lusitano, conectava culturalmente os três países, fato que inviabiliza a noção de transferências culturais como um movimento eurocêntrico e reforça a ideia recente de que as trocas eram bilaterais ou mesmo multilaterais.

**Palavras-chave:** Conexões culturais. Imprensa. Século XIX. Brasil. Portugal. França

**Cultural connections franco-portuguese-brazilian: memory and representation in the  
media training in Brazil**

**ABSTRACT:** With the arrival of the Portuguese royal family in Brazil in 1808, the cultural, existing transfers since colonization, became more constant and intense. This was due to two major measures engendered by D. João IV: the opening of ports and the implementation of the press. In spite of the efforts to the establishment of a press that reproduce the one made in Portugal, which was observed was a latent participation of France that manifested socio-culturally in Brazil since the reestablishment of cordial relations in 1816 and thus was also showed present in journalism. From independence, the Luso-Brazilian relations were quite shaken and francophilia was imposed in forming the new nation-state. The Brazilian press, which was constituted on the basis of the Franco-Lusitanian influx, culturally connecting the three countries, a fact that undermines the notion of cultural transfers as a

---

\* Doutoranda em Letras – Programa de Pós-graduação em Letras – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis – Av. Dom Antônio, 2100, CEP 19806-900, Assis, São Paulo – Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: [aline.literatura@gmail.com](mailto:aline.literatura@gmail.com)

Eurocentric movement and reinforces the idea that the recent changes were bilateral or even multilateral.

**KEY WORDS:** Cultural connections. Press. XIX century. Brazil. Portugal. France

### **O papel da imprensa nas transferências culturais durante o período joanino**

Os estudos dos impressos no século XIX, bem como a história da leitura e da difusão da informação no mesmo período, foram alargados e compreendidos por uma visão moderna, graças às recentes noções de *transferência cultural* e *passer culturel*. Os termos, inovadores e interdependentes, revelaram novas perspectivas aos estudiosos que se debruçam sobre a questão da circulação de ideias entre a Europa e a América, bem como àqueles que visam uma abordagem comparativista da literatura. Inversamente ao que foi propagado de forma maciça durante todo o século XIX e até as últimas décadas do século XX, o olhar contemporâneo acerca dos estudos que abordam a relação existente entre dois ou mais objetos, a fim de observar movimentos de continuidade e ruptura entre eles, repensa a metodologia utilizada ordinariamente. A despeito da teoria de deslocamento cultural eurocêntrico, essa nova proposta contempla as transferências sob uma ótica interacionista e sugere uma investigação que contemple as transposições culturais de forma bilateral e intercambiária.

Os termos *transferência* e *passer culturel*, cunhados pelos franceses Michel Espagne e Michael Werner em meados dos anos de 1980, passaram a ser utilizados a fim de evitar que o estudo de duas ou mais culturas se dê por meio da noção de influência, notadamente aviltante, posto que determina um movimento unilateral, de exaltação de uma determinada cultura que, supostamente, forneceria saberes em detrimento daquela que os receberia passivamente, sem oferecer nada em troca. Destarte, a cultura influenciada recebia um tratamento depreciativo, ao passo que a cultura influenciadora era tida como melhor. A noção de influência desconsiderava a troca, o movimento de “vai e vem” e, portanto, negava a uma das culturas estudadas a consideração de suas particularidades. Quando se observa as práticas comparativas que se baseiam na noção de influência, sobretudo aquelas que se valem da cultura letrada, conclui-se que o Velho Mundo adquiria uma posição muito superior ao Novo Mundo ao deter aquilo que se convencionou chamar de “modelo”, enquanto os influenciados faziam a “cópia”.

A teoria criada por Michel Espagne e Michael Werner, quando da invenção das terminologias que desconsideram a noção de influência e optam pela utilização da ideia de transferência, admite a inexistência de uma cópia. Para eles, o resultante das transferências culturais é um produto completamente novo e original, posto que irrompido a partir de uma experiência única, de contemplação daquilo que vem “do outro” somado às particularidades

identitárias. Segundo a ideia de transferência, seria, pois, impossível uma transposição geográfica que resguardasse os aspectos originários de uma ideologia, de um saber, de um valor ou mesmo de um livro. A simples mudança de conjuntura imposta no movimento de transferência de um determinado espaço cultural – em que está implicado todo um contexto intelectual e linguístico – para outro, já determina a mudança de significação do objeto transposto. Assim, no dado momento em que ocorre a transferência, não há mais o “modelo”, tampouco a “cópia”, pois um novo produto deriva da mistura.

Transferir não é transportar, mais sim metamorfosear, e o termo não se reduz, em nenhum caso, à questão mal circunscrita e muito banal dos intercâmbios culturais. É menos a circulação dos bens culturais do que sua reinterpretação que está em jogo<sup>1</sup>. (ESPAGNE, 2013, p. 2, tradução nossa).

Ainda que se aceitasse a existência de uma cultura superior à outra por meio da assimilação da ideia de originalidade, tal adjetivo estaria, no mínimo, obsoleto. Afinal, nenhuma cultura está dissociada de transferências anteriores e são, portanto, resultado de cruzamentos sucessivos que, através dos tempos, formaram uma nova cultura, híbrida e mestiça. Ao analisar as transferências ocorridas entre duas nações, por exemplo, não se pode jamais supor que os elementos culturais transferidos de uma para outra estejam circunscritos ao tempo e espaço contemporâneos ao momento em que se deu a troca. Deste modo, o processo das transferências nunca se dá apenas entre duas culturas, mas, ao contrário, considera a existência de um movimento contínuo e plurilateral.

Para que as transferências de ideias e conhecimento ocorressem e para que se efetuassem as inter-relações culturais, foi necessária a participação de agentes que mediassem esses fenômenos. Tais agentes funcionavam como promotores da difusão cultural, a partir do momento em que transitavam por espaços geográficos, interagindo e, portanto, favorecendo as trocas. Os *passseurs* configuravam representantes da disseminação dos aspectos culturais, contudo, muitas vezes eram meros transportadores involuntários, que não estavam realmente conscientes da capacidade de favorecer as trocas.

Pensando em todas as formas de evocação de contato entre duas ou mais culturas, como as manifestações de pensamento e modos de agir, desde que saídos do campo abstrato das ideias e transpostos para a forma verbal, seja ela impressa ou não, pode-se inferir que o termo *passseur* não está subjugado a pessoas cômicas dessa função, mas a todos que a realizavam e, assim, difundiam os saberes pelos quatro cantos do mundo. Deste modo, a simples contribuição, seja ela intencional ou praticada de forma inadvertida, para a manifestação de cultura em trânsito já se faz suficiente para legitimar a utilização da

terminologia *passer culturel* a algumas pessoas que agiram como facilitadoras dessas trocas culturais.

A mediação que o *passer* implementa pode ser voluntária, consciente, como aquela que fará um missionário, mas ela pode, ao contrário, ser inconsciente, como aquela feita por um viajante que carrega em sua bagagem um livro ou uma revista e que não teria ainda chegado no país de acolhida. É, então, um "mediador" não intencional. Deve-se ressaltar que, sendo esse mediador voluntário ou involuntário, nunca é neutro, ele está sempre inserido na realidade social de seu tempo.<sup>2</sup> (COOPER-RICHET, 2013, p.131, tradução nossa).

O processo de transmissão de uma cultura a outra, se observado de forma ampla, inscreve-se enquanto um movimento humano muito antigo, porém, melhor caracterizado a partir do século XVI, quando a Europa ibérica passa a conectar as quatro partes do mundo através das navegações. As viagens marítimas fomentaram o processo das transferências pelo simples fato de propiciar o deslocamento espacial de pessoas e, com elas, todo um repertório de vivências. Da interação advinda desses deslocamentos emergia o fenômeno da importação, exportação e reapropriação das representações culturais. Cabe dizer que nem sempre as transferências eram voluntárias, muitas das vezes o *passer* sequer tinha consciência do papel que estava desempenhando.

Apesar da amplitude e naturalidade quando das transferências culturais vistas sob uma ótica de representação das mais vastas esferas da socialização, os intercâmbios podem não se concretizar se não houver o desejo da importação ou pelo menos a simples aceitação dos aspectos culturais a serem transferidos. A ideia de importação revela a disposição do receptor em assimilar aquilo que é estrangeiro, ou seja, é uma decisão que não pode ser revogada e que é tomada com base nas conjunturas contextuais do receptor. Pela observância daquilo que se mostra atraente para o receptor é que se concretiza a importação. Porém, essa decisão não ocorre paralelamente aos processos de seleção, assimilação e reapropriação, pois as mesmas conjunturas que determinam a importação acabam por garantir a remodelação, que é terminantemente decisiva na construção de sentido resultante de uma situação de intercâmbio.

São muitos os exemplos de *passers*, sendo os mais comuns do século XVI até o XIX aqueles que cruzavam os mares nos navios. Tais viajantes, pelo prosaico ato de comunicarem-se dentro das embarcações e, a partir disso, fomentarem trocas culturais, funcionavam como *passers*. As viagens transatlânticas, que exigiam uma longa permanência em alto mar, propiciavam o contato entre as pessoas. Assim, para além do relacionamento verbal decorrente da longa estadia nas naus, que muitas vezes chegava a transpor as barreiras idiomáticas, havia também a partilha de material impresso, a fim de

garantir o entretenimento por longos períodos. Essa atividade, no entanto, não visava à difusão de uma cultura letrada, tampouco pretendia a intercambialidade cultural. O *passeur*, aqui, age involuntariamente, ignorando completamente a importância de sua participação na globalização do conhecimento oitocentista.

Dos que agiam voluntariamente estão, entre os mais produtivos, sobretudo no que se refere às transferências de uma cultura letrada, os livreiros e os homens de imprensa do século XIX. A atuação dos livreiros garantia a transição das obras de um país para outro, ora importando, ora exportando títulos que pudessem atender o gosto do leitor de determinada localidade. Quando da importação das obras, os livreiros necessitavam traduzi-las com urgência e essa função, via de regra, era cumprida às pressas por homens de letras que buscavam sobreviver da atividade intelectual. Nesse ínterim, cabe a observação da tradução como atividade de remodelação e adaptação ao contexto de acolhida da obra

A atividade da tradução necessariamente envolve tanto uma descontextualização como uma recontextualização. Algo é sempre 'perdido na tradução'. Todavia, o exame detido do que se perdeu é uma das maneiras mais efetivas de identificar diferenças interculturais. Por essa razão, o estudo da tradução deveria ser central para a prática da história cultural. (BURKE, 2009, p. 291).

No Brasil, a atividade de *passeur* também esteve comumente relacionada às letras e foi assumida por muitos livreiros e jornalistas, nativos ou estrangeiros. Ao se observar a sociedade brasileira do século XIX, especialmente aquela que compunha a cidade do Rio de Janeiro, então capital federal do país, conclui-se que os portugueses perfazem a maior parte dos estrangeiros ali instalados. Segundo Lessa (2002), o Rio de Janeiro só perdia para Lisboa em número de portugueses e estes, uma vez estabelecidos, se emparelhavam aos brasileiros nas mais vastas esferas sociais. Assim, também nas atividades letradas, os lusitanos foram muito profícuos, quer seja na tarefa de empreender na imprensa, quer seja no trabalho de colaboração jornalística ou mesmo no comércio, enquanto livreiros, favorecendo o acesso aos livros da época.

Os imigrantes portugueses, vindos de diversas partes da terra de Camões, em busca de "fazer a América", vislumbravam nas atividades letradas, bem como nas comerciais, uma possibilidade ao trabalho nas lavouras. No início do século XIX, Portugal vivia um período de incertezas no âmbito social, político e econômico e amargava o abandono da família real, que fugira das tropas napoleônicas em direção à colônia. A atitude de D. João VI deflagrou um período turbulento para os lusitanos que, diante das dificuldades, sobretudo as de ordem econômica, emigraram em massa para o Brasil. Instalados nos quatro cantos do país, mas

preferindo participar da numerosa colônia instalada no Rio de Janeiro, muitos desses lusitanos encontraram terreno fértil nas áreas do comércio e da imprensa.

Embora as transferências culturais pudessem acontecer pela simples troca de ideias – e para tal o comércio era terreno fértil – os impressos resgatados do passado é que mensuram tanto a participação portuguesa na formação das letras nacionais, como a dimensão das circulações provenientes das atividades letradas das quais fizeram parte.

Quando a família real aportou no Brasil e o príncipe João VI empreendeu a medida de abrir os portos brasileiros às nações amigas, em 1808, abriu espaço para o fluxo imigratório, sobretudo o português, visto que o abandono do país à própria sorte deflagrou uma crise interna sem precedentes e subjugou a população a um período de incertezas no âmbito político, social e econômico. Se de um lado a família real encontrou refúgio em solo estrangeiro, de outro a população lusitana amargou a somatização dos percalços ao se deparar com a Revolução de 1820, período de grande turbulência que, embora ostentasse os interesses do povo, não foi senão mera manifestação dos interesses de classe. Diante disso, a miséria e a instabilidade se assentaram sobre o país durante todo o século, provocando um fluxo imigratório sem precedentes.

A paralisia político-econômica portuguesa baliza uma trajetória que faz de Portugal, no último quartel do século XIX, um país sem grande indústria, inteiramente subordinado à Inglaterra e submetido à instabilidade política e institucional. Tais mazelas presidem a transformação do português, de colonizador em imigrante para o Brasil independente. Do outro lado do Atlântico, a ex-colônia se havia inserido no comércio mundial, como uma commodity – o café – cujo mercado mundial se expandiu de forma acelerada, a partir da extremamente dinâmica oferta brasileira. A capital do Império crescia, atraindo em massa o português migrante, que nela esperava ter mobilidade vertical. (LESSA, 2002, p. 44).

A escolha do Brasil enquanto principal país de acolhida se deu por vários fatores, como o sentimento de pertença ainda reinante no imaginário lusitano mesmo após a independência; a questão idiomática, que facilitava a socialização em solo estrangeiro e a esperança de ascensão social baseada no progresso da capital.

Segundo o historiador português Amado Cervo, a imigração em massa de portugueses para o Brasil se deu durante todo o século XIX e XX, e a maior expressividade numérica consta dos anos entre 1820 – quando da Revolução – e 1968 (CERVO, 2000, p. 143). Entretanto, europeus de outras nacionalidades acompanharam o fluxo imigratório do século e cruzaram o Atlântico a bordo dos navios que se dirigiam à América. Entre 1820 e 1880, cerca de 15 milhões de europeus de diversas nacionalidades escolheram o Brasil como país de atração. Nesse período, o Brasil ocupou o terceiro lugar na preferência dos imigrantes, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e do Canadá.

[...] imigrantes ingleses e de inúmeras outras procedências europeias, da China, da África, do Egito, à procura de negócios; dos cientistas e artistas à procura do desconhecido, do exótico; dos portugueses, que ambicionavam os postos de comando e também corriam atrás do controle do comércio; do corpo diplomático que exigia conforto, meios de comunicação e que mirava para o país com os interesses de origem por trás. (CERVO, 2000, p. 74).

Com tamanha diversidade de nacionalidades atuando no Brasil oitocentista, a circulação de ideias advindas de toda sorte de culturas contribuiu sobremaneira para a constituição do modo de vida brasileiro, sobretudo naquele vivenciado na capital cultural e econômica da época, o Rio de Janeiro, onde desembarcava, e permanecia, boa parte dos estrangeiros.

A transmissão cultural portuguesa representou mais significativamente a presença europeia no Brasil desde o descobrimento até o século XIX. Contudo, não se pode analisar essa presença por um ângulo unilateral, esquecendo que os movimentos de conexão nunca se estabelecem num sentido único. Assim, pode-se atestar que a presença brasileira em Portugal também foi bastante expressiva nesse mesmo período. A constatação desse movimento bilateral pode ser comprovada com base no fluxo imigratório, que só teve o caráter massivo no século XIX graças à comunicação letrada e cotidiana entre os países. Não se pode imaginar que os imigrantes se aventurassem sem o mínimo de conhecimento sobre aquilo que os aguardava, e tal conhecimento, ainda que pudesse não representar a realidade absoluta, estava cotidianamente embasado nos impressos, fossem eles jornais, livros, cartas, etc. Segundo o historiador Boris Fausto (2000), em seu “Fazer a América”, os portugueses, em sua maioria, acreditavam piamente na ideia da imigração como possibilidade de constituir riqueza. E essa concepção deve-se não apenas ao contato com aqueles – uma minoria – que retornaram à pátria endinheirados, mas também a uma construção no imaginário coletivo de que o Brasil detinha um povo inferior intelectualmente e que, portanto, era fácil se impor e adquirir fortuna. À edificação desse malogro serviu também os impressos, sobretudo às cartas trocadas entre imigrados e residentes em Portugal. “Descreves o Brasil como eu imaginava. Transige com ele, Faustino. Explora a benévola estupidez dos nossos irmãos. Não lhe dê pérolas. No dia em que enflorares os teus escritos com erudição fofa, declina a tua estrela.” (BRANCO, 1858 apud MASSA, 2009, p.299).

As palavras acima referem-se a uma carta trocada entre o escritor português Camilo Castelo Branco e o poeta e jornalista Faustino Xavier de Novaes, em 1858, quando este chegou ao Brasil tentando investir na imprensa, como tantos de seus patrícios. Nela, esboça-se com nitidez a desvalorização americana cultivada por séculos, o sentimento de que a cultura europeia sustinha as relações, ao passo que as culturas americanas nada

tinham a oferecer. Sabe-se que para muitos europeus os países americanos estabeleciam-se como patrimônio, ou seja, razões de ordem pecuniária exigiam o entrosamento, porém não a assimilação da cultura local.

Assim, quando a imprensa rebentou no país, em 1808, como parte das implementações “civilizadoras” do príncipe João VI, o que se observou foi uma medida voltada aos interesses portugueses, sobretudo os da família real, pois a “Imprensa Régia” ficava subjugada ao governo. Assim, o primeiro jornal impresso no Brasil foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que imprimia, com exclusividade, todos os atos normativos e administrativos oficiais do governo. O periódico foi inspirado no formato, e até no nome, na *Gazeta de Lisboa* e retirava desta, ainda que com considerável atraso, uma boa parte das informações que publicava. A *Gazeta do Rio de Janeiro* também acompanhou a linha editorial da *Gazeta de Lisboa* e seguiu sua linha editorial na defesa da Casa Real portuguesa e do poder absoluto do monarca.

A iniciativa correspondia a determinadas causas – não era gratuita. Era agora necessário informar, e isso prova que o absolutismo estava em declínio. Já precisava dos louvores, de ver proclamadas as suas virtudes, de difundir os seus benefícios, de, principalmente, combater as ideias que lhe eram contrárias. (SODRÉ, 1999, p. 29).

O periódico brasileiro também seguia a dimensão-padrão das folhas estrangeiras (19 cm X 13,5 cm), com formato *in-quarto*, características que também coadunavam com o estilo e a estrutura da *Gazeta de Lisboa*.

Anunciado como um jornal semanário, com uma edição por semana, a *Gazeta do Rio de Janeiro* circulou pela primeira vez em 10 de setembro de 1808, como jornal oficial da Corte. Na semana seguinte ao lançamento, o jornal já passava a ser bissemanário e constituído como órgão oficial do governo. A direção do jornal era comandada pelo Frei Tibúrcio José da Rocha e as notícias focavam festejos da Corte, novidades sobre casamentos de príncipes da Europa e outros assuntos relacionados à vida da Família Real. Enquanto primeiro impresso periódico brasileiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro* demonstra as conexões do país não só com Portugal, onde também circulava, como com outras nações, fato notório quando da observação do seu primeiro número, no qual se estampa relações com Londres e França. Além disso, o jornal também mantinha correspondentes no exterior, que desempenhavam o papel de *passeurs culturels*.





**Figura 1**  
Gazeta do Rio de Janeiro, nº 1, 10/09/1808.

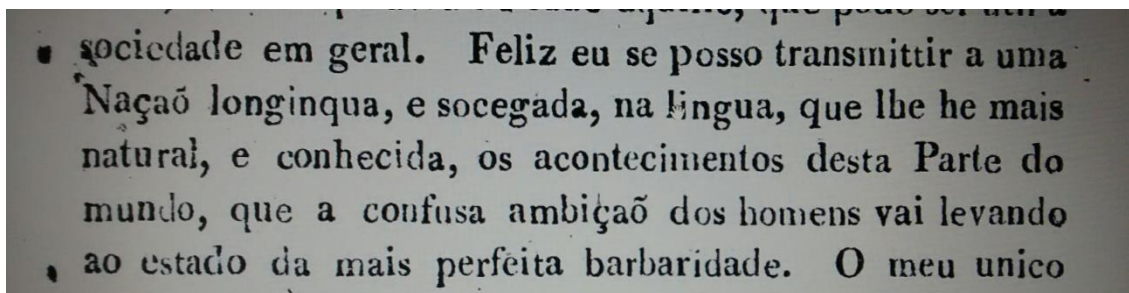
A circulação de informações entre Brasil e Europa foi uma atividade constante entre os anos 1808 e 1821, sendo um dos grandes focos de preocupação da Monarquia Portuguesa. Da mesma forma que no Brasil aportavam pacotes contendo jornais e documentos europeus, faz-se necessário destacar que a *Gazeta do Rio de Janeiro* também chegava aos portos lusitanos, circulava no país e fazia parte do rol de jornais considerados de interesse para a sociedade lusitana em geral. O *Diário Lisbonense*, folha que circulou entre 1808 e 1813, manteve um constante interesse nas informações vindas do Brasil, especialmente aquelas referentes à ação da monarquia na corte. Tal periódico fez diversas inserções das notícias difundidas no Brasil, utilizando a *Gazeta do Rio de Janeiro* como fonte de informação, ao mesmo tempo que realizava um explícito processo de edição do jornal brasileiro, durante todo o período em que circulou no Reino.

O *Diário Lisbonense* evidenciava seu interesse em divulgar as notícias oficiais trazidas pela *Gazeta do Rio de Janeiro* dando-lhe, muitas vezes, a primeira página. Tal fato reforça a ideia de que o jornal servia como elo entre os súditos e a coroa. Assim como a *Gazeta*, o *Diário* também pertencia ao governo e, por isso mesmo, publicava, sem concessões ou críticas, as notícias que melhor atendiam às conveniências monárquicas. A veiculação da *Gazeta* em Portugal era percebida também em outros dois periódicos do país, ambos contemporâneos ao *Diário Lisbonense* e ambos produzidos pela Imprensa Régia, eram eles *O Correio da Tarde* e o *Correio de Lisboa*.

Mesmo sendo um órgão oficial do governo português, a **Gazeta** era editada sob censura prévia, que só foi extinta em dois de março de 1821. Mesmo com a observância censória, que só admitia a circulação daquilo que fosse aprovado pelos órgãos

governamentais, surgiu, no mesmo ano da inauguração da *Gazeta do Rio de Janeiro*, e para fazer-lhe oposição, o *Correio Brasiliense*, do português Hipólito José da Costa (1744-1823), publicado pela primeira vez em 1º de junho de 1808.

O periódico era redigido em Londres, na Inglaterra, e exportado clandestinamente para o Brasil, fato que legitima as transferências impressas mesmo sob a fiscalização censória. A diretriz editorial do periódico visava divulgar notícias de Portugal, de outros países da Europa e da América, sobretudo aquelas relativas às atividades de guerra. No programa de abertura do jornal, em junho de 1808, Hipólito da Costa explicita seu desejo de propiciar as transferências, mediando os acontecimentos, noticiando-os em língua portuguesa e fazendo-os circular no Brasil. Esse era o objetivo de Hipólito ao criar o periódico: informar leitores brasileiros sobre o que ocorria em Portugal e no restante da Europa, principalmente nos anos em que a Família Real esteve no Rio de Janeiro.



**Figura 2**

*Correio Brasiliense* nº 1, 06/1808.

O *Correio Brasiliense* contrariava as intenções da corte em relação à imprensa oficial e tinha como função não apenas noticiar o que ocorria no exterior, mas também colocar em evidência os defeitos administrativos do Brasil. Embora sediado em terreno inglês, o jornal tratou especialmente de assuntos luso-brasileiros e, ainda que não se possa enquadrá-lo no contexto da imprensa brasileira<sup>3</sup>, o jornal de Hipólito figura entre os mais importantes jornais de oposição ao governo do período joanino, findando sua circulação no mesmo ano da independência brasileira, 1822.

Os periódicos oficiosos, que favoreciam a monarquia lusa, publicando seus interesses e combatendo as publicações que entravam no Brasil por contrabando, constituíram o que se chamou de *imprensa áulica*. Considerando tais periódicos como os primórdios de nossa imprensa, pode-se dizer que desde 1808 a história da imprensa brasileira começa a ser contada. Mas é somente em 4 de agosto de 1821, com a publicação, na Bahia, do *Diário Constitucional*, que interesses brasileiros ganham as páginas jornalísticas. Isso só aconteceria em razão do fim da censura prévia, fato que

viabilizou um aumento significativo do número de publicações periódicas no Brasil. Às vésperas da proclamação da Independência, o periódico apoiava o príncipe Dom Pedro e seu projeto de autonomia do reino brasileiro.

A iniciativa privada lança, no mesmo mês em que se findou a censura prévia, o *Conciliador do Reino Unido*, editado pelo brasileiro José da Silva Lisboa (1756-1835), que era impresso na única tipografia do Rio de Janeiro, a Imprensa Régia, da qual era um dos diretores. Embora de nacionalidade brasileira, José da Silva Lisboa era entusiasta da monarquia portuguesa e sempre apoiou D. João VI. Conforme estampa seu título, o periódico visava conciliar Brasil e Portugal e, assim, evitar a separação, já iminente.

Em 1º de junho de 1821 começa a circular o *Diário do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal privado diário e o primeiro de informação geral do país. O periódico, embora manifestasse um sutil apoio à independência, preferia ofertar aos leitores informações locais, que variavam de furtos e assassinatos até espetáculos e meteorologia. Nessa publicação também era possível contemplar anúncios de compra e venda, aluguéis, etc. O *Diário do Rio de Janeiro* foi o precursor da imprensa como a entendemos na contemporaneidade.

Em 15 de setembro do mesmo ano surge o primeiro jornal declaradamente de oposição ao governo português e defensor da independência: o *Revérbero Constitucional Fluminense*, editado por Gonçalves Ledo (1771-1847).

Tudo quanto foi publicado em periódicos oficiosos da imprensa áulica pode ser chamado, de maneira muito simplista, de imprensa luso-brasileira; luso porque atendia aos anseios monárquicos, era redigida sob censura dessa mesma monarquia, tinha portugueses à frente das iniciativas periódicas e, finalmente, por destinar-se, também, à travessia do oceano, a fim de garantir a informação dos acontecimentos da colônia em Portugal; brasileira porque era impressa em território brasileiro. O caráter simplório da expressão *imprensa luso-brasileira* na fase de imposição de publicações áulicas não se mantém quando a censura prévia é extinta e quando a Independência é proclamada.

Com o fim da censura, surgiu um grande número de jornais de todas as tendências, tanto no Brasil como em Portugal, que tinham interesse nos eventos dos dois países, formando-se uma rede transatlântica pela qual as folhas de Lisboa e do Rio polemizavam e intercambiavam informações. Depois da Independência do Brasil, esse interesse informativo diminuiu, mas não desapareceu. A vida política dos dois países continuava entrelaçada. É claro que, após a conquista da autonomia nacional, alguns periódicos deram continuidade à defesa da monarquia portuguesa e até à volta da condição de colônia, mas a quantidade de jornais que defendiam a constituição de uma nação livre e soberana foram em maior número e tiveram maior força.

O que se verá, no período pós independência e, principalmente, depois do reconhecimento dessa independência por Portugal, em 1825, é uma imprensa luso-brasileira com contornos bem distintos daquela existente nos primeiros anos de ocupação da colônia. Se os portugueses ainda representavam uma gama significativa nas iniciativas periódicas, o que era natural, visto que contavam com apoio financeiro de compatriotas e alguns vinham aptos intelectualmente para tal finalidade, os brasileiros começam a se impor dentro das redações. Diante dessa nova realidade, a imprensa luso-brasileira passa a significar mais a confluência de duas nações e suas particularidades no veículo jornalístico e menos a imposição de um periodismo sujeito a intervenções unilaterais.

### **A reconfiguração das relações luso-brasileiras no periodismo pós-independência e a inserção da França na imprensa brasileira.**

A partir da independência, a imprensa sofreu avanços e retrocessos, porém o número de periódicos aumentou consideravelmente.

O *Beija-Flor* tirou oito números que circularam dos fins de 1820 a princípios de 1831. É curioso que no seu quarto número, além de comentários sobre os acontecimentos da França, tivesse dado o balanço da imprensa brasileira. É informação idônea e interessante: “Se os progressos da imprensa fossem os degraus certos de um termômetro para o adiantamento da civilização, podíamos nos felicitar do nosso avançamento, pois que de quatro anos para cá o número de publicações tem quadruplicado no Brasil. Em 1827, apenas contavam 12 ou 13, e hoje, conforme a conta tirada da *Aurora*, de sexta-feira, 26 do corrente, 54 saem à luz do Império; destas, 16 pertencem à Corte. Em 1827, apenas haviam 8, e portanto o número tem dobrado [...]”. (SODRÉ, 1999, p. 116).

Nos anos posteriores a 1822, verificou-se uma efervescência nas publicações periódicas e nas décadas seguintes o aumento foi sentido em todo o país. “Durante a Regência, os jornais pululariam, multiplicavam-se, no Rio e nas províncias [...]” (SODRÉ, 1999, p.122). Entretanto muitos tiveram vida bastante efêmera, ou por questões ideológicas que não se emanavam ao tumultuado desenvolvimento da nação ou pela escolha de perfis editoriais que não correspondiam ao gosto do público leitor, diminuto e ainda em formação. Seja como for, até o final da primeira metade do século a imprensa brasileira passaria por grandes desafios e ficaria marcada pelo turbilhão de acontecimentos que elevou o Brasil de colônia à nação independente.

Porque, na verdade, o período de 1830 a 1850 foi o grande momento da imprensa brasileira. Fraca em técnica, artesanal na produção, com distribuição restrita e emprestada, praticamente inexistente uma vez que inespecífica, encontrou, entretanto, na realidade política a fonte de que se

valeu para exercer sobre essa realidade, por sua vez, influência extraordinária, consideradas as condições da época. (SODRÉ, 1999, 180).

Na segunda metade do século XIX, o Rio de Janeiro crescia em virtude das transações comerciais ali engendradas e pelo fato de abrigar os órgãos políticos e administrativos do país. O desenvolvimento da cidade foi registrado pelos inúmeros jornais que circulavam periodicamente na capital federal, de tal forma que o estudo do periodismo da época constitui um estudo sociopolítico fluminense dos oitocentos.

A imprensa brasileira, em seus primórdios, configurou-se como a principal forma de expressão letrada no país. Depois da abertura dos portos, a circulação das informações e a viabilização de trocas culturais exigiam meios de comunicação que as veiculassem. Antes da chegada da família real, toda atividade de imprensa era proibida no país, não era permitido publicar livros, panfletos e, muito menos, jornais. Esta restrição era uma particularidade da colônia portuguesa e não significava, absolutamente, que os conhecimentos publicados fora da colônia eram ignorados pelo Brasil.

Os homens cultos da colônia só conseguiriam assim ler o que o governo português lhes permitisse, não fora o recurso do contrabando. O rigor da fiscalização jamais impedira as obras de Voltaire, Rousseau e os enciclopedistas franceses de circular clandestinamente na colônia. (BROCA, 1979, p. 42).

Contudo, mesmo depois de findada a censura, a inserção do livro na sociedade brasileira ainda era circunscrita, pois os preços nada modestos e os altíssimos índices de analfabetismo no país elevavam-no à condição de produto restrito a uma pequena elite letrada. Nesse mesmo contexto, o jornal pôde estabelecer-se com mais facilidade, pois os preços eram mais acessíveis e as publicações mais numerosas. Somado a isso, havia a possibilidade de uma leitura feita em grupo, compartilhada entre letrados e não-letrados, favorecendo o comércio jornalístico.

A impressão de livros não vingou, conforme se conhece da experiência do editor carioca Paula Brito (1809-1861), sucumbindo logo aos reveses mercantis ditados, sobretudo, pelo baixo consumo daquele produto. Logo, no país de fraco poder aquisitivo, o gênero periódico figurou como suporte fundamental impresso no Brasil ao longo do século XIX. (MARTINS; DE LUCA, 2008, p. 57).

Não se tratava da substituição do livro pelo jornal, até porque cada qual exprimia, de maneira distinta, o pensamento humano. Mas o jornal, mais democrático e atuante na vida ordinária, acabava por favorecer a propagação das ideologias diárias e das convicções momentâneas. O jornal se aclimatou melhor à modernidade da vida, na qual os

acontecimentos se sobrepujam tão rapidamente, que o livro, valendo-se do desejo da perenidade, consistia um modo de expressão completamente diverso daquele que se orgulhava em ser descartado diariamente.

A diminuição do tempo, a concorrência do jornal diário, do livro didático, da revista mundana e dos manuais científicos, de par com as novas formas tecnológicas de lazer, o cinematógrafo, o gramofone e a fotografia, estreitaram ao extremo o papel da literatura. (SEVCENKO, 1983, p. 97).

Machado de Assis, depois de considerar o jornal uma espécie de “reprodução diária do espírito do povo” ou ainda como o “espelho comum de todos os fatos e de todos os talentos”, diz que o livro não possui as mesmas condições de movimento encontradas no jornal, pois nele haveria algo de “limitado e de estreito”.

Depois o espírito humano tem necessidade de discussão, porque a discussão é movimento. Ora, o livro não se presta a essa necessidade, como o jornal. A discussão pela imprensa-jornal anima-se e toma fogo pela presteza e reprodução diária desta locomoção intelectual. (COUTINHO, 1997, p. 360).

Assim, rapidamente, despontava um universo de possibilidades para a imprensa periódica oitocentista, sobretudo para aquela situada no Rio de Janeiro. A população da cidade, nessa época, era formada por nativos e imigrantes, dos quais a maioria saíra de Portugal. A princípio, a fundação de jornais de caráter luso-brasileiro vinha atender às necessidades da corte na manutenção das relações políticas entre a metrópole e a colônia. Mais tarde, com as lutas em prol da independência, o surgimento desses periódicos compartilhava ideais políticos e sociais, sendo muitas vezes criados com a intenção de colaborar nas relações diplomáticas entre os dois países, ajudar na adaptação dos imigrantes ou mesmo de garantir seus direitos, pois havia poucas leis que regulamentavam a presença imigratória no país. Sendo assim, a imprensa luso-brasileira estava também a serviço dos interesses da colônia portuguesa no Brasil, que se formava no decorrer dos anos, pois o jornal servia como ponte entre o imigrante e suas necessidades.

Para além das questões envolvendo a vida prática, os periódicos luso-brasileiros também funcionavam como veículo de estreitamento da distância entre o país de recepção e a *mãe pátria*, oferecendo uma espécie de consolo àqueles que, embora exilados por vontade, sentiam-se, via de regra, desterrados. A leitura das coisas pátrias, muitas vezes carregadas de exaltação, gerava um sentimento de alento à expatriação.

Como acontecia com as instituições criadas para prover as necessidades do imigrante e facilitar sua adaptação em ambiente estrangeiro, a imprensa luso-brasileira

também obteve apadrinhamento financeiro dos “brasileiros”, como eram conhecidos os imigrantes que haviam feito fortuna no país. A ajuda financeira garantia o exercício e a manutenção do poderio desses homens, dentro da colônia portuguesa e nos demais setores da sociedade. Diante disso, não deve causar estranhamento que a imprensa estivesse, não raramente, em defesa dos interesses dessa classe, o que pode ajudar a explicar a presença maciça do elemento português nos periódicos da época, mesmo aqueles que não detinham um perfil editorial notadamente luso-brasileiro.

Uma das grandes forças da sociedade fluminense – hoje se escreveria sociedade carioca – era o comércio, de que participavam numerosos elementos estrangeiros, destacadamente portugueses, como era natural, ingleses e franceses. Os primeiros influíam na imprensa de maneira ostensiva e por vezes afrontosa, na época. (SODRÉ, 1999, p.108).

A necessidade de se trazer o mundo lusitano para o território brasileiro levou os jornais a se apressarem em manter correspondentes em Portugal. A publicação de toda sorte de matérias a respeito do país garantia uma fatia generosa de leitores no Brasil. Já em finais do século, mais precisamente em dezembro de 1891, Eça de Queirós escrevia a Teixeira de Queirós (1848-1919)<sup>4</sup>, convidando-o a participar como correspondente no suplemento literário da *Gazeta de Notícias* (do Rio de Janeiro) do qual era diretor. “A Gazeta é, como V. sabe, um dos primeiros jornais do Brasil. O suplemento comporta, e até necessita, um resumo do movimento de Portugal – literário, científico, social, mundano etc.” (MINÉ, 2000, p. 64).

O diálogo entre Brasil e Portugal foi uma constante no século XIX. Nas primeiras décadas do oitocentos, esse diálogo encontrou respaldo nos laços políticos fortificados com a chegada da monarquia em solo brasileiro, depois da Independência os vínculos sociais, em especial aqueles viabilizados pelo fluxo migratório de portugueses para o Brasil, garantiram a sustentação das ligações entre os dois países. Nesse processo de manutenção das relações entre uma sociedade que se erguia sob os pilares imigratórios e as necessidades da população estrangeira em conservar-se o mais próximo possível às suas origens, estava a imprensa.

A imprensa oitocentista brasileira, sobretudo aquela praticada depois do fim da censura imposta pela monarquia portuguesa, teve suas bases alicerçadas nas questões políticas envolvendo o destino do país e no cotidiano social. Nesse momento histórico, os periódicos procuravam consolidar-se no mercado impresso e, para isso, passam a dedicar espaços privilegiados de suas publicações a certos grupos de leitores, como as mulheres e os comerciantes, por exemplo. Apesar da percepção sobre a formação desses nichos, o jornal ainda estava longe de se especializar, antes, procurava agradar o maior número

possível de leitores. A identificação de um público leitor em potencial foi responsável pela continuidade de perfis editoriais que, mesmo após a Independência, direcionavam suas publicações aos dois lados do Atlântico.

Diferentemente do periodismo áulico, dominante na imprensa do período joanino e determinante para a administração da colônia e da metrópole, os jornais que vivenciaram a construção de uma nação autônoma mantinham o caráter luso-brasileiro em favor da satisfação de um público numeroso: o imigrante português. Não restam dúvidas de que o jornal foi o veículo de troca de informações mais utilizado no século XIX como forma de manter os laços entre o imigrante e seu país. Como o Rio de Janeiro constituía o maior centro de recepção dessa população, era também ali que circulava a maior parte dos jornais direcionados ao leitor português.

Enquanto as questões mais particulares cruzavam os mares sob a forma de cartas, a necessidade de notícias acerca do mundo lusitano era suprida pelas páginas periódicas nas quais colaboravam correspondentes, portugueses ou brasileiros, residentes em Portugal. O contrário também acontecia, periódicos portugueses desse mesmo momento histórico interessavam-se em satisfazer um público igualmente numeroso: as famílias dos emigrados, que viam nos jornais a possibilidade de saber sobre as condições de vida do parente em terra americana.

No jornalismo da capital federal, também, os portugueses foram perceptíveis. Muitos literatos lusos eram colaboradores dos periódicos da cidade, e, além de contar com a presença dos escritores emigrados, os jornais, também, tinham a colaboração de literatos que residiam em Portugal ou em outros países da Europa e, frequentemente, enviavam seus artigos, crônicas, contos e folhetins para os jornais cariocas. (ARAÚJO, 2009, p. 63).

Muitos foram os periódicos brasileiros que voltaram seus olhares para o público imigrante, a maioria deles tinha um português como proprietário. O intento jornalístico brotava de dois sentimentos concomitantes: a nostalgia patriótica e o desejo de ascensão financeira. De fato, restituir o orgulho lusitano perdido com a decadência a que ficara subjugado o país a partir da segunda metade do século XVIII era uma das aspirações desses jornais. A colônia portuguesa estabelecida no Rio de Janeiro, cada vez mais populosa, porquanto os números da imigração aumentaram a partir da década de 1850, fazendo do Rio de Janeiro a cidade com maior número de portugueses, depois de Lisboa, caracterizava um importante e indispensável público leitor de periódicos, cujos títulos ou subtítulos, demonstravam intenções luso-brasileiras.

Pode-se dizer que, desde a vinda de D. João para o Brasil em 1808 até meados do século XX, muitos periódicos cumpriram a tarefa de estreitar as relações entre Brasil e



Portugal. A chegada da família real portuguesa trouxe consigo o início de um fluxo imigratório português sem precedentes. Tal fenômeno desenvolveu-se e ganhou forças ao longo do século, por motivos que se modificavam paulatinamente sem, no entanto, sofrer retrocesso até a primeira metade do século XX. Assim como o processo de imigração portuguesa, os perfis editoriais dos jornais que se engajavam numa pretensa união luso-brasileira também foram se adaptando às mudanças históricas.

A segunda metade do século XIX presenciou o surgimento e o rápido desaparecimento de incontáveis periódicos. Pensando ter encontrado a fórmula do sucesso e da longevidade, muitos se aventuravam em projetos jornalísticos malogrados pela inexperiência no ramo ou pelo excesso de confiança no bom momento pelo qual passava a imprensa nacional, que experimentava o modelo francês de publicação, baseado no *La Presse*, de Émile de Girardin, inaugurado em 1836, cuja diretriz editorial garantiu um sucesso assombroso em França. A inserção de ilustrações e romances folhetinescos, por exemplo, foi copiada, com êxito, por inúmeros periódicos nacionais.

Émile de Girardin publicou uma tradução do romance anônimo espanhol do século XVI *El Lazarillo de Tormes* em 1836 e depois pediu a vários romancistas que escrevessem histórias para serem publicadas em seu jornal *La Presse*. O primeiro foi Balzac, que escreveu *La vieille fille*, publicado também 1836. Victor Hugo, Alexis de Tosqueville e Alphonse de Lamartine também colaboraram com o jornal. Em alguns anos, as vendas de *La Presse* triplicaram. [...] Mas a febre do romance-folhetim se daria somente a partir de 1838, quando a imprensa brasileira seguiu o exemplo de *La Presse*. (MOLINA, 2015, p. 232).

A abertura dos portos, medida tomada por D. João em 1808, significou a inserção do mercado brasileiro nas transações comerciais com a Europa e, junto disso, o conhecimento do mundo europeu e suas particularidades. D. João desejou construir um Estado moderno no Brasil e investiu no processo de “civilização” da colônia. Mas o principal arquétipo civilizatório não era Portugal e, sim, a França. O Rio de Janeiro da segunda metade do século demonstrava um significativo e crescente desligamento de Portugal. Agindo como polo civilizador da nação, a cidade ostentava um modo de vida afrancesado no que tange aos hábitos como a moda, a gastronomia, a literatura, a política, etc. Enquanto a sociedade carioca submetia-se resignadamente aos ditames de uma cultura alheia, o jornal, como reflexo dessa sociedade, prostrava-se também ao modelo de imprensa francês.

Os impressos também dão conta de mensurar o quanto o país e, sobretudo, a capital, estavam imersos culturalmente nos costumes da França. Muitos foram os periódicos que traziam, em suas publicações, a língua de Balzac, com a qual se identificava a elite burguesa e a população letrada do país. De expressões a frases inteiras, de artigos até

jornais completos, o francês se acomodou com uma das possibilidades mais produtivas de permanência cultural.

Para além do desejo de reproduzir os costumes da França no Brasil e manter conexão informativa entre os dois países, a publicação de periódicos escritos estritamente na língua francesa também denotava a presença de uma comunidade de imigrantes franceses no país, que seriam boa parte da elite leitora, bem como de intelectuais nativos que cultivavam o francês. De qualquer modo, o que se observa é a presença de uma classe leitora bilíngue, que propiciou o surgimento de periódicos como a *Revue Française* (1830-1849), iniciativa do francês C. H. Furcy, e o *Courrier Du Brésil* (1850-1869), do também francês Adolphe Hubert. Ambas as publicações são exemplos de periódicos brasileiros escritos em francês que circularam no Rio de Janeiro e cuja diretriz editorial visava uma abrangência de assuntos que agradassem um público leitor diferenciado, interessado em artes e ciências, como se observa nos exemplos abaixo:



**Figura 3**  
*Revue Française*, nº1, vol. 1, 04/05/1839.



**Figura 4**  
*Courrier Du Brésil*, n.2, vol.1, 15/09/1854.

Os franceses começaram a chegar ao Brasil a partir de 1816, graças aos tratados de amizade e comércio impostos por D. João VI. Saídos dos mais variados territórios da França e pertencentes ao mais variados segmentos sociais, esses imigrantes também tinham

preferência em fixar-se no Rio de Janeiro, onde encontraram campo fértil para a oferta de um modo de vida estrangeiro, baseado na ostentação de um portar-se à francesa.

A prostração aos ditames “civilizatórios” da França pode ser observada nos jornais que circularam no Brasil do século XIX, mesmo aqueles que não se dispunham exatamente a expressar essa corrente social em suas páginas, comprovando a impossibilidade de se manter alheio à força desse influxo. Por meio de um simples folhear das páginas de periódicos como a *Gazeta do Rio de Janeiro* ou o *Diário do Rio de Janeiro*, é possível notar o quão corriqueiras eram as menções feitas aos serviços de costura e toucador, a confecção de flores, chapéus e toda sorte de acessórios voltados para a imposição de um estilo de vida sofisticado, ainda que nos trópicos. As manifestações de apreço e culto que fizeram florescer a cultura francesa em terras brasileiras foram exploradas pelos jornais desde a chegada da família real, os quais davam conta que Monsieur Girard era o cabeleireiro de sua Alteza, D. Carlota Joaquina (1755-1831), princesa do Brasil, como também de várias damas da corte, trazendo-as sempre penteadas de acordo com a moda parisiense. O artista Jean-Baptiste Debret, em seu *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* (1989), também comentou sobre o assunto:

Girard, cabeleireiro de Sua Alteza Real a Senhora D. Carlota Princesa do Brasil, de Sua Alteza Real a Princesa de Gales e de Sua Alteza Real a Duquesa de Angouleme penteia as Senhoras na última moda de Paris e de Londres; corta o cabelo aos Homens e às Senhoras; faz cabeleiras de Homens e Senhoras, e tudo o que consiste na sua Arte; tingem com os pós de George com a última perfeição o cabelo, as sobrancelhas, e as suíças sem causar dano algum à pele nem à roupa; e tem uma Pomada que faz crescer e aumentar o cabelo; água maravilhosa de Mme. Martin de Paris, para fazer a pele da cara branca. (DEBRET, 1989, p. 67).

Após 1815, os negociantes franceses instalados no Rio de Janeiro ficaram mais numerosos e as inserções de anúncios nos jornais ficaram mais constantes, abrangendo páginas inteiras das publicações. Nesse ínterim, pode-se considerar a transferência do modo de vida francês em praticamente todos os campos da vida social, incluindo a presença da cultura letrada mediante a venda de livros, como se pode comprovar na leitura do anúncio sobre o negócio de Carlos Durand, publicado na *Gazeta do Rio de Janeiro*:

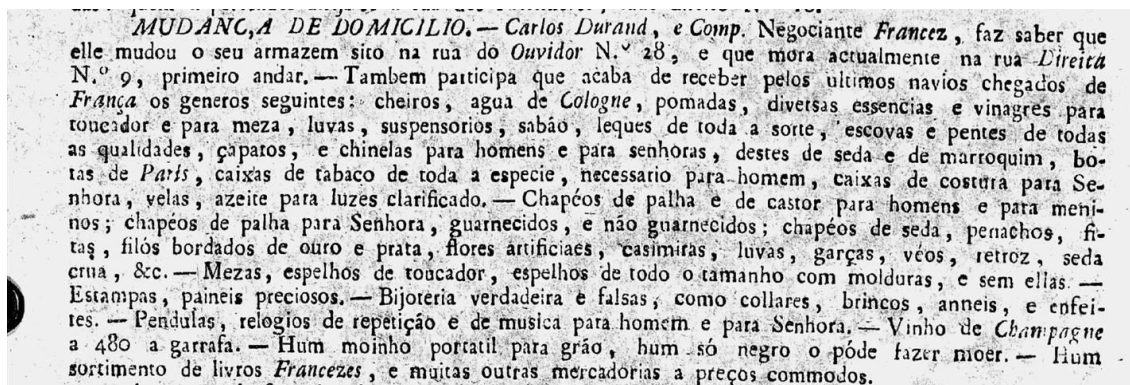


Figura 5

Gazeta do Rio de Janeiro, nº 25, 26/03/1817

Mesmo após a independência, em 1822, quando o Brasil buscava a formação de uma identidade nacional, a fim de sepultar o passado colonial, o *modus vivendi* francês continuava a ser absorvido. Contudo, a admiração cultural brasileira pelo modelo de civilização parisiense era unilateral. O Brasil denotava a ideia de um país impossibilitado de se estabelecer como nação por ser um produto da miscigenação, fato que era associado à noção de atraso e letargia. A visão negativa sobre o país advinha da percepção de que o clima tropical e a abundância de recursos naturais eram a causa da debilidade que se abatia sobre a população. Para além da teoria do determinismo climático, afigurava-se também um olhar preconceituoso acerca do indígena, tido como selvagem perigoso, praticante da antropofagia.

Apesar da imagem negativa construída sobre o país, nem todos os olhares voltados ao Brasil detinham-se no enfoque de uma população brutalizada e inerte, condicionada a um ambiente inóspito. Muitos foram os viajantes que relataram em seus livros de viagem a exuberância da natureza nacional. Foram os franceses, aliás, os primeiros a notar a significativa colaboração da *cor local* para o projeto romântico da literatura brasileira, afixando a beleza tropical na Europa e exaltando a figura do índio, que tão bem se alinhava com a teoria de Jean-Jacques Rousseau sobre o *bom selvagem*. Ironicamente, o tratamento literário dado ao índio e à natureza não se identificava com aquilo que era propagado no Velho Mundo.

Diante das contradições existentes no imaginário estrangeiro, os periódicos também realizavam a tarefa de desmistificar realidades forjadas, impondo-se como veículo de consolidação de transferências que se davam no mesmo nível, ainda que impossibilitadas de se estabelecerem na mesma proporção. Deste modo, pode-se afirmar que a presença da França no Brasil e do Brasil na França foi uma realidade constante no século XIX e ignorar a presença brasileira no país de Victor Hugo é não admitir a noção de cruzamentos, de conexões, de trocas. Dada a impossibilidade das transferências se concretizarem num

sentido único, faz-se mister a observância dos meandros que favoreceram essas inter-relações e a imprensa se mostra, nessa empreitada, como a grande responsável por revelar esse caráter bilateral das transferências culturais no oitocentos.

Alguns periódicos brasileiros foram dirigidos por franceses e escritos na língua francófona, a fim de informar e/ou entreter outros emigrados ou, quando exportados, os próprios franceses. Vale também ressaltar que a classe dominante, da qual era composta boa parte da corte, tinha domínio da língua francesa e manter-se como assinante de uma publicação cuja envergadura fugia das trivialidades que embasavam a maior parte dos periódicos que circulavam na época transparecia certa elevação intelectual. A esse respeito, convém mencionar a lista de assinantes da *Revue Française*:

Produzida por subscrição, contava com uma lista de quarenta e seis assinantes, na maioria francesa, observando-se entre os brasileiros os nomes de Eusébio Queirós Coutinho Matoso e Câmara, F. de Salles Torres Homem, F. E. Taunay, Francisco Freire Alemão, J.M. Rocha Cabral, José Clemente Pereira, José Joaquim da Rocha, Marquês de Maricá, Paulo Fernandes Viana; nomes que designavam representantes de uma reduzida elite, de atuação reconhecida, configurando parte do público leitor brasileiro da época. (MARTINS, 2008, p. 59).

Outro fator propulsor para a assinatura de periódicos como a *Revue Française* era o *status* social denotado pela absorção de determinados costumes franceses, como atesta o poeta e jornalista português Faustino Xavier de Novaes, em artigo oferecido às leitoras de seu periódico *O Futuro*, em 1862:

O meu correspondente particular de Paris anuncia-me que naquele grande foco de civilização, e de outras coisas mais, é moda reinante entre as senhoras de bom gosto tomarem por assinatura todos os periódicos literários. É de extraordinário alcance este uso, que eu me atrevo a aconselhar a VV.Eex., que de certo o adotarão de bom grado. (1862, p. 157).

Se deste lado do Atlântico era possível persuadir o leitor por meio de um argumento tecido com base em um viés “civilizador”, em terras parisienses esse artifício parecia nulo, posto que o senso comum ignorava a cultura brasileira e a imagem criada a respeito da população era a de gente inerte e boçal. Na contramão dessa perspectiva, ignorando a percepção reinante no século XIX, de que as culturas americanas pouco tinham a oferecer, alguns jovens estudantes brasileiros residentes em Paris inauguram uma revista que se dispunha ao tratamento das artes e ciências.

A *Nitheroy: Revista brasiliense*, redigida em Paris no ano de 1836, teve apenas dois números, nos quais apresentou o desenvolvimento da sociedade brasileira sob o prisma das

artes, das letras e da economia. Apesar da efemeridade, os editores da *Nitheroy*, Gonçalves de Magalhães, Francisco Salles Torres Homem e Manuel de Araújo Porto Alegre, se empenharam em afirmar a existência de uma literatura nacional.

A singularidade da publicação está não só no seu perfil editorial, cujo lema ficava estampado na capa, sob a epígrafe “Tudo pelo Brasil, e para o Brasil”, como também na sua circulação entre brasileiros que haviam se estabelecido na capital francesa e no tratamento sobre o Brasil, agora não mais subjugado ao olhar estrangeiro. A revista não circulou em terras brasileiras, porém sua existência não passou despercebida, uma vez que essa publicação é considerada precursora do movimento romântico nas letras nacionais (MARTINS, 2008.). Ainda que a revista preconizasse o nacionalismo e buscasse afirmar o Brasil como país livre e soberano, não se pode negar a existência de um sentimento de inferioridade, do desejo de ser outro, introjetado no artigo “Ensaio sobre a história da literatura”, publicado no primeiro dos dois únicos números que totalizam a existência da revista, e no qual se lê “Hoje o Brasil é filho da civilização francesa” (MAGALHÃES, 1836, p. 149).

Há também, entre os periódicos que animaram o diálogo entre Brasil e França após a independência, a francesa *Revue des deux mondes*, inaugurada em 1829. A revista tinha como diretriz editorial a promoção de vínculos culturais, políticos e econômicos entre o mundo europeu e o “outro” mundo, em que o Brasil se apresenta, entre outros. Diferente da *Nitheroy*, a *Revue des deux mondes* não esteve sob a direção de amadores, cujas desventuras econômicas e/ou malogros ideológicos fizeram sucumbir projetos ainda em estágio embrionário. Com um perfil notadamente intelectual, em que pese as áreas das letras; da história; das ciências; da economia e da política, a *Revue* circulou também no Brasil, sendo distribuída em grandes capitais, como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. Entre os leitores da revista estão desde os personagens machadianos até figuras emblemáticas como D. Pedro II.

Para além da circulação transatlântica, a revista promoveu o diálogo França-Brasil, posto que inúmeros artigos traziam em seu escopo questões brasileiras, fossem elas artísticas, históricas ou políticas. Possibilitar as conexões não significa, no âmbito da circulação da *Revue*, estabelecer um campo comum de trocas culturais, ao contrário, a revista defendia um caráter francocêntrico, arrolando em sua extensa duração uma gama significativa de colaboradores europeus, com destaque para os franceses.

Inúmeras são as possibilidades de observação das conexões luso-franco-brasileiras nos periódicos do século XIX. As transferências culturais, advindas da dicotomia metrópole/colônia, somadas ao idioma comum fizeram dos primeiros jornais um terreno profícuo para a legalidade colonizadora e a permanência de um *status quo* defendido a duras penas por Portugal até que fosse deflagrada a independência. Depois de 1822 as

relações intercambiárias travadas nas páginas dos periódicos se prestaram à tentativa de permanência cultural lusitana, bem como para a delimitação de um campo comum entre os dois países, dada a infiltração maciça de portugueses que emigraram para o Brasil e que necessitavam estar em convergência com suas raízes.

A independência, por outro lado, aflorou um sentimento antilusitano, de repulsa às amarras coloniais, baseada na prostração aos ditames da metrópole decadente. A França, nesse momento, surge como polo irradiador de civilização progressista e se coloca como modelo a ser seguido nos mais variados segmentos sociais. Assim, enquanto o Brasil se desvencilhava do ranço colonial, espelhava-se nos padrões franceses. Entre as mais requisitadas formas de inserção francesa no Brasil estava o modelo de imprensa, amplamente difundido e inculcado nos periódicos brasileiros. Além disso, as conexões entre os dois países também se davam por meio da língua francesa, inserida verticalmente no seio das elites nacionais, fato que favoreceu a circulação de jornais que atravessaram o atlântico, física ou ideologicamente. Em ambos os casos, mediados por *passseurs culturels*.

Essa tríade, em que o Brasil se apresenta na fronteira de um passado, que se queria enterrado, representado por Portugal e o presente, com aspiração de futuro, concebido pela França, foi sentida na sociedade de modo generalizado, e na imprensa, de maneira indelével.

As culturas portuguesa e francesa, que se conectaram profundamente com o Brasil durante todo o oitocentos, foram determinantes na construção da identidade brasileira e ficaram marcadas de maneira indelével nos impressos que fizeram parte da vida nacional. Entre esses escritos, o jornal aparece como a mais democrática forma de circulação de ideias na época, visto que o livro ainda era um objeto caro e, portanto, pouco acessível. É, sobretudo, nos periódicos, que é possível vislumbrar o quão frutíferas foram as relações envolvendo Brasil, Portugal e França durante todo o século XIX. É claro que, ao se observar os movimentos transculturais dessa tríade, conclui-se que o processo de troca foi desigual, mas recíproco.

**Recebido em: 31/08/2015**

**Aprovado em: 19/10/2015**

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Transférer, ce n'est pas transporter, mais plutôt métamorphoser, et le terme ne se réduit en aucun cas à la question mal circonscrite et très banale des échanges culturels. C'est moins la circulation des biens culturels que leur réinterprétation qui est en jeu.

<sup>2</sup> La médiation que le passeur met en oeuvre peut être volontaire, consciente, comme celle que fera un missionnaire, mais elle peut, au contraire être inconsciente, comme celle que peut faire un voyageur

en transportant dans ses bagages un livre ou une revue qui n'était pas encore arrivé dans le pays d'accueil. Il est alors un «passeur» involontaire. Il est à souligner que, quel que soit le «passeur», volontaire ou involontaire, il n'est jamais neutre, Il est toujours inscrit dans la réalité sociale de son temps.

3 Nelson Werneck Sodré considera discutível a inserção do periódico na imprensa brasileira, menos pelo fato de ser feito no exterior do que pelo fato de não ter surgido e se mantido por força de condições internas, mas de condições externas. (SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1999. p. 20.)

4 Francisco Teixeira de Queirós foi um escritor português conhecido no meio literário pelo pseudônimo de Bento Moreno.

## FONTES

*Correio Brasiliense* nº 1, 06/1808. Acesso em 20/09/2015. Acervo de periódicos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

*Courrier Du Brésil*, n.2, vol.1, 15/09/1854. Acesso 23/09/2015. Acervo de periódicos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

*Gazeta do Rio de Janeiro*, nº 1, 10/09/1808. Acesso em 23/09/2015. Acervo de periódicos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

*Revue Française*, nº1, vol. 1, 04/05/1839. Acesso em 24/09/2015. Acervo de periódicos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rita de Cássia Lamino de. *As Crônicas portuguesas de João da Câmara na Gazeta de Notícias (1901-1905)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Literatura e vida social) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis, 2009.

BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e Romantismo brasileiro*. Pref. de Alexandre Eulálio. Coleção Estética v.1. São Paulo: Polis/INL/MEC, 1979.

BURKE, Peter & HSIA, Ronnie Po-chia (Orgs.). *A Tradução Cultural – Nos Primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora Unesp, 2009. 291 p. Tradução Roger Maioli dos Santos. Cambridge: University Press, 2007.

CERVO, Luiz Amado; MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas: As relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000*. Brasília: Editora UNB, 2000.

COOPER-RICHET, Diana. Transferts culturels et passeurs de culture dans le monde du livre (France - Brésil, XIX siècle) *Revista Patrimônio e Memória*, Assis, Unesp, v. 9, n.1, p. 128-143, janeiro-junho, 2013.

COUTINHO, Afrânio (Org.). *Machado de Assis – Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. 3.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Tradução e notas de Sérgio Millet. Apresentação de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.



---

ESPAGNE, Michel. La notion de transfert culturel, *Revue Sciences/Lettres* [En ligne], p.2. Disponível em: <http://rsl.revues.org/219>. Acesso em: 25 ago. 2015 .

LESSA, Carlos. Rio, uma cidade portuguesa? In: LESSA, Carlos (Org.). *Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 23-58.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Ensaio sobre a história da literatura*, Niteroy: Revista brasiliense, Rio de Janeiro, nº1, 1836, p.132-157. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700045&pasta=ano%20183&pesq=filho>. Acesso em 20 ago. 2015.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e práticas culturais em tempos de República. São Paulo (1890-1922)/Ana Luiza Martins – 1ª ed. 1ª reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008.*

\_\_\_\_\_. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tânia Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p.45-80.

MASSA, Jean-Michel. *A juventude de Machado de Assis. 1839-1870*. Tradução Marco Aurélio de Moura Matos. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MINÉ, Elza. *Páginas flutuantes: Eça de Queirós e o jornalismo no século XIX*. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.

MOLINA, Matías M. *História dos jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500-1840)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1999.